

FENAJ - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS
SCRS 502 BLOCO "A" ENT. 51 1º E 2º ANDAR
BRASÍLIA - DF - CEP 70330-510
FONE: (061) 223-7002 FAX: (061) 321-8640

MERCOSUL

**MEIOS DE COMUNICAÇÃO E
OS JORNALISTAS**

**(Texto base da Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ/Brasil
para a reunião preparatória da 1a. conferência de jornalistas do
Mercosul, a ser realizada nos dias 26 e 27 de fevereiro de 94
em Buenos Aires, Argentina)**

Introdução

O processo de integração do Mercosul, unindo Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, acelerado a partir do Tratado de Assunção, em 91, apresenta uma rara oportunidade para discussão sobre o projeto neoliberal em curso na América Latina. Mais do que isto: representa a oportunidade para debate, em base democrática, de um projeto alternativo de desenvolvimento, que dê prioridade à solução dos graves problemas sociais da região, elimine as imensas desigualdades na distribuição de renda e contemple os interesses dos trabalhadores e da população em geral. O Mercosul abre ainda a possibilidade para os países membros responderem, de forma autônoma, aos desafios econômicos que lhes são colocados, através da criação de mecanismos de cooperação, justos, equitativos e capazes de proporcionar acesso de todos a emprego, bens e serviços. A intervenção dos trabalhadores constitui condição indispensável para o êxito do Mercosul, seja no plano econômico, no social ou no político. No plano político esta participação representa um fator de fortalecimento da cidadania no processo de integração e, consequentemente, de consolidação da democracia na região, após décadas de regimes autoritários.

O ideal de uma integração em bases social e economicamente justas e equitativas no âmbito do Mercosul, depende para se realizar, de um modelo de comunicação democrático. O atual momento apresenta uma oportunidade rara para a discussão das condições necessárias à concretização deste modelo. Vive-se um momento marcado pela tendência à internacionalização da comunicação e da informação. Na raiz desta tendência não está, todavia, o ideal democrático de informação como bem social e direito do cidadão. Ao contrário, o processo tem a comandá-lo uma lógica mercantil e de concentração dos meios em escala regional e continental. Esta lógica, é contrária ao pluralismo dos meios e à diversidade cultural. Num cenário de omissão de organismos internacionais e mesmo de governos, as entidades de profissionais de comunicação têm no Mercosul uma oportunidade privilegiada para a discussão e aprofundamento da luta pela democratização da comunicação em nível regional e internacional. E também para uma troca de experiências profissionais e sindicais que possam resultar em novas conquistas e direitos.

Relatório Brasil

1) - Situação dos meios - A partir da década de 70, em pleno regime militar, a televisão consolidou-se como o principal veículo de comunicação no Brasil, atingindo hoje, diariamente, cerca de 100 milhões de pessoas (são 35 milhões de aparelhos). Ao todo, são mais de 400 concessões para emissoras de TV, 2,8 mil de rádios AM e FM e 303 jornais diários, cuja tiragem conjunta não ultrapassa 3,5 milhões de exemplares (o mais baixo índice de leitura de jornal na América Latina). Com receita publicitária em 93 de pouco mais de 3 bilhões de dólares (16% a mais que 92), os meios de comunicação no Brasil cresceram sob a lógica familiar, à sombra do poder e com forte tendência monopolista. A família de Roberto Marinho e grupos regionais ligados (como a RBS, no Rio Grande do Sul) monopoliza 60% da audiência de televisão através da TV Globo, tem o segundo jornal diário (O Globo), uma grande editora de revistas e livros (Editora Globo) e uma rede de rádio. Atua ainda nos setores de telecomunicações, imobiliário, financeiro e outros. Outras oito famílias disputam o mercado da mídia televisiva, impressa e radiofônica, como a de Sílvio Santos (Sistema Brasileiro de Televisão - SBT), de Saad (TV Bandeirantes), dos Bloch (TV Manchete), dos Civita (Grupo Abril), dos Frias (Folha de São Paulo), dos Sirotsky (Grupo RBS), além do "bispo" Edir Macedo (TV Record). Além da dependência de

publicidade pública (até 1990, mais de 30% da receita anual), esses grupos familiares desenvolveram relações promíscuas com os governantes, sobretudo por serem a maioria concessionários de serviço público - as concessões de rádio e TV até 88, eram feitas exclusivamente pelo presidente da República. Neste período, da Assembleia Constituinte, o então presidente José Sarney distribuiu, inclusive, mais de mil concessões de rádios e TVs em troca do seu mandato de cinco anos, beneficiando deputados e senadores. Essas características deformaram, assim, originariamente o sistema de comunicação no Brasil, transformando-o em um dos principais instrumentos de dominação política e econômica e, por isso, vital para a sustentação das elites do país.

1.1) - A sociedade e o poder dos meios - Esse modelo de comunicação vem sendo contestado pelos mais diversos segmentos sociais desde os anos 60, mas foi a partir da década de 80 que a oposição começou a tomar contornos mais nítidos. Em 83, foi criada a Frente por Políticas Democráticas de Comunicação, envolvendo duas dezenas de parlamentares e organizações da sociedade lideradas pela FENAJ. Esse movimento acabou desembocando na Constituinte, respaldando uma emenda popular apresentada pela Federação dos Jornalistas com medidas essenciais à democratização da comunicação. O tema, no entanto, foi tratado com muitas restrições pelos constituintes, sob o forte "lobby" dos empresários da comunicação. Apesar disso, a Constituição de 88 reservou um capítulo para a Comunicação Social, fixando as linhas gerais do direito à informação no país. O texto constitucional em vigor prevê, por exemplo, que os veículos de comunicação não podem ser objeto de monopólio ou oligopólio; que a programação das emissoras deve atender a finalidades educativas e culturais; e que a produção deve ser regionalizada, entre outros parâmetros. Proíbe-se, além disso, qualquer forma de censura, criando-se um instrumento - o Conselho de Comunicação Social - integrado por entidades empresariais, profissionais e da sociedade para auxiliar o Congresso na definição de políticas de comunicação e do sistema de concessão, que passou a ter desde 88, a intervenção do Legislativo. Todas essas medidas para a regulamentação democrática dos meios de comunicação dependem, no entanto, para serem efetivadas de legislações complementares e, passados cinco anos, nenhuma delas foi aprovada. O Conselho, por exemplo, transformado em Lei pelo Congresso em 91, não foi implantado apesar dos esforços da FENAJ. A luta pela democratização da comunicação experimentou no entanto, um importante avanço no início dos anos 90, sobretudo a partir da criação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e que reúne, hoje, centenas de entidades da sociedade, como a CUT, a CNBB (Igreja Católica), e a OAB, entre outras. Esse movimento embora ainda esteja longe de adquirir força necessária para efetivação de mudanças no modelo de comunicação em vigor, representa uma aglutinação de forças inédita na luta pela democratização da comunicação. O Fórum é hoje um instrumento para a formulação de políticas de comunicação, de luta por projetos de lei progressistas, como o da Lei da Informação Democrática, que pretende transformar em realidade os dispositivos constitucionais não efetivados, ou o das TVs a Cabo, que se propõe a regulamentar democraticamente a cabodifusão no país.

2) - Exercício Profissional - Com pouco mais de 20 anos, a regulamentação da profissão de jornalista no Brasil é condicionada às normas do Decreto 83.284/79 - última versão da legislação que regulamenta a prática jornalística. O principal requisito disposto é o da obrigatoriedade de formação universitária, em escola de Jornalismo, para o exercício da profissão, sendo o registro para o exercício da profissão concedido pelo Ministério do Trabalho, ouvidos os Sindicatos dos Jornalistas. Todavia, a obrigatoriedade do diploma em

Jornalismo restringe-se apenas às cidades com faculdade de Jornalismo. Nas cidades sem escola é possível a qualquer um, desde que tenha o segundo grau, exercer o jornalismo através da obtenção de registro provisório no Ministério do Trabalho. Temos hoje pouco mais de 80 escolas de jornalismo no Brasil - o que significa dizer que na maioria do território nacional é possível exercer a profissão sem diploma. A legislação fixa também outras condições para o exercício profissional: o mercado de trabalho é reservado a brasileiros natos e o estágio para estudantes é proibido, entre outras questões. Também a jornada de trabalho do jornalista é fixada em condições específicas - cinco horas/dia com possibilidade de mais duas, desde que estipulado em contrato -, conforme disposto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Já a aposentadoria dos jornalistas brasileiros também tem condição especial, aos 30 anos de serviço, de acordo com uma Lei de 1959. A ofensiva patronal contra direitos trabalhistas, obviamente, verifica-se também no caso dos jornalistas. A obrigatoriedade do diploma e do registro para o exercício profissional está sendo contestada pelos empresários que, inclusive, chegam a desrespeitar, na prática, as determinações legais. Da mesma forma, a jornada de trabalho vem sendo desrespeitada. E no caso da aposentadoria, o governo, através da revisão constitucional em curso, pretende reformular todo o sistema previdenciário e de seguridade, eliminando aposentadorias especiais de categorias, como a dos jornalistas.

2.1) - Riscos Profissionais - Não bastassem todos estes problemas, os jornalistas brasileiros continuam sofrendo restrições políticas ao seu trabalho, apesar do fim da censura com a derrocada do regime militar em 1985. No passado, jornalistas foram assassinados e perseguidos, redações invadidas e jornais censurados ou retirados de circulação. O terror militar deixou o saldo de 12 jornalistas "desaparecidos" e uma legislação de imprensa, de 1967, que continua sendo usada para cercear o trabalho dos jornalistas, inspirada na ideologia da segurança nacional e na preservação da autoridade acima da verdade. O fato é que pelo menos uma dezena de jornalistas está sendo hoje, processada com base nesta Lei, sem contar com as agressões e ameaças a que os profissionais continuam submetidos em coberturas em regiões de conflitos, como na Amazônia e em estados do Nordeste. Ao lado disso, crescem formas de censura mais sofisticadas, como a econômica. Mesmo com o desempenho positivo da imprensa na cobertura do impeachment do ex-presidente Collor, em 92, e no acompanhamento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada em 93, para apurar corrupção no Orçamento da União, a liberdade de imprensa é relativa já que os meios continuam subordinados aos interesses econômicos e políticos da elite dirigente, sem qualquer forma de controle público social.

2.2) - Perspectivas Profissionais - Os jornalistas são abertos à revisão da regulamentação no sentido de adaptá-la às novas necessidades profissionais e tendências do mercado. Mas não aceitam o discurso empresarial que pretende promover a desregulamentação total e a sujeição da profissão exclusivamente às selvagens regras do mercado. Além disto os jornalistas sustentam que formação educacional é cada vez mais uma necessidade para o trabalho jornalístico. A responsabilidade social na produção jornalística exige conhecimentos gerais, específicos e compromissos éticos. A base desta ciência, obviamente, está na universidade e é por isso que, em todo o mundo, se verifica a ampliação das exigências de rigorosa formação educacional para o ingresso na profissão (pesquisa realizada pela FENAJ, em 35 países, mostrou que em 74% deles a profissão é regulamentada, com o acesso sendo condicionado, sobretudo, pela formação educacional. Desta forma, na discussão sobre mudanças na regulamentação profissional no Brasil defende-se a

manutenção da habilitação em Jornalismo, inclusive com o fim da possibilidade de trabalho através de registro provisório, para aqueles não diplomados como permite a atual legislação. Para aumentar o próprio controle da categoria sobre a profissão, por outro lado, pretende-se que o registro profissional, hoje de responsabilidade do Ministério do Trabalho, seja transferido para as entidades sindicais, eliminando-se assim a presença paternalista do Estado nas questões da própria categoria. O objetivo da mudança é incorporar o parâmetro ético para o exercício profissional, criando-se condições para a aplicação do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, de 1985. Quanto à jornada de trabalho de cinco horas/dia e à aposentadoria especial, os jornalistas são contrários a qualquer flexibilização nesses direitos. Parte-se do entendimento de que a profissão de jornalista está sujeita a permanente risco e, além disso, submetida a uma carga anormal de tensão e stress.

3) - Organização Sindical - Baseada em um modelo corporativista, a organização sindical brasileira está assentada em categorias específicas e, assim, nos meios de comunicação convivem diversos sindicatos e federações, entre eles as dos jornalistas. Com 47 anos de existência, a FENAJ representa hoje 31 Sindicatos de Jornalistas em um universo de cerca de 25 mil profissionais de jornal, rádio, televisão e assessorias de imprensa de empresas privadas e órgãos públicos, além de entidades sindicais. A maioria dos Sindicatos tem base estadual, havendo alguns, porém, com base de representação municipal ou regional. Apesar de sua estrutura federativa, a FENAJ realiza a cada três anos eleições diretas para a renovação de sua diretoria, tendo sido a primeira federação a convocar, no início dos anos 80, o pleito direto. Desde a sua origem, a CUT - a qual a FENAJ é filiada - combate o modelo corporativista de organização. A própria evolução dos meios de comunicação comprova que essa estrutura sindical tem se tornado cada vez mais um entrave para a luta dos jornalistas e de outras categorias da área, como radialistas, gráficos e publicitários. Tanto que há pelo menos cinco anos se trabalha com a perspectiva da criação de Sindicatos Únicos dos Trabalhadores em Comunicação. Estas tentativas todavia esbarram na herança corporativista que permeia o movimento sindical no setor. A estratégia que está sendo seguida pelos jornalistas e suas entidades é a da articulação regional das categorias para desenvolver campanhas salariais e reivindicatórias, de acordo com as possibilidades reais de unificação. Paralelamente, a FENAJ está iniciando entendimentos com as Federações irmãs da área de comunicação para a criação de uma Confederação que possa, nacionalmente, dar prosseguimento aos esforços de unificação dos trabalhadores em comunicação.

3.1) - Lutas salariais - Apesar da profunda recessão vivida pela economia brasileira nos últimos doze anos, consequência das políticas de ajuste determinadas pelas instituições financeiras internacionais, o segmento das comunicações apresentou nesse período crescimento positivo. Em 91, por exemplo, o PIB brasileiro sofre retração de cerca de 4% enquanto o PIB da comunicação cresceu quase 10% - índice inferior apenas ao do setor agropecuário. Já em 92, o PIB do país decresceu 0,9% , mas o segmento da comunicação apresentou taxa positiva de quase 6%. Contudo, essa realidade diferenciada dos meios de comunicação não implicou em mudanças na tradicional estratégia de arrocho salarial e desemprego adotada pelo empresariado. A pretexto da recessão, nos último dez anos praticamente não houve expansão do mercado de trabalho, estacionado no caso dos jornais, rádios e TVs, em pouco mais de 15 mil postos. A expansão registrada ocorreu na área de assessorias, sobretudo sindicais, mas insuficiente para absorver os contingentes de profissionais formado pelas escolas. Com um considerável exército de trabalho de reserva, o empresariado pode então negociar em melhores condições os reajustes salariais,

aproveitando-se ainda da persistência da inflação (em 93, a inflação brasileira ultrapassou os 2.500%). Desta forma, o salário de ingresso nas redações brasileiras permanece hoje estacionado na média em 250 dólares/mês. Enquanto a base salarial prosseguiu congelada, nos postos de direção e chefia os salários sofreram uma forte elevação no período, sobretudo nos centros de São Paulo/Rio/Brasília, em razão da disputa acirrada por mercados. Em síntese, apesar da recessão, os segmentos das comunicações no Brasil continuou crescendo nos últimos anos, introduziu novas e modernas tecnologias de produção, mantendo, no entanto, o mesmo patamar da base salarial e do número de postos de trabalho, paralelamente à ampliação da desigualdade entre o menor e o maior salário nas redações.

3.2) - Perspectivas de luta - Com suas forças pulverizadas pela multiplicidade das negociações salariais em cada base regional, desde a década de 80, os jornalistas vêm defendendo a criação de um piso salarial a nível nacional. Um projeto de lei neste sentido, unificando o piso, chegou a ser aprovado pelo Congresso Nacional, mas acabou vetado pelo então presidente José Sarney - aliás proprietário de jornal, rádios e televisão no Maranhão. Na segunda metade da década passada os jornalistas levantaram também a bandeira da unificação da data-base a nível nacional, como forma de superar a dispersão de forças, mas a proposta não foi sequer considerada pelos empresários. Atualmente, a estratégia da luta reivindicatória começa a se delinear em dois sentidos complementares: ação institucional em torno de dois projetos (o do piso-salarial e o da unificação da data-base de todos os trabalhadores em comunicação) que já tramitam no Congresso e ação na Câmara Setorial de Serviços, com a finalidade de iniciar as discussões para o contrato coletivo de trabalho na área de comunicações. No caso do piso, o Projeto de Lei que está tramitando no Congresso o fixa em cerca de 450 dólares mensais para uma jornada de cinco horas/dia, sendo que o mês de referência para a unificação da data-base, conforme outro projeto de Lei, é outubro. No caso da Câmara Setorial, desde junho a FENAJ vem participando das discussões com o governo e os empresários, visando a criação da sub-câmara das comunicações. Inspirada no exemplo do setor automotivo, que estabeleceu metas de produção, faturamento, modernização tecnológica, empregos e salários, negociadas diretamente entre os industriais e os sindicatos, este seria também o objetivo da sub-câmara da comunicação. As discussões, no entanto, ainda são muito incipientes, esbarrando no elevado número de veículos de comunicação no país e na desconfiança dos empresários. Porém, esta discussão promete crescer já que o governo, através do Ministério do Trabalho, tem incentivado a negociação do contrato coletivo , apostando no estabelecimento de novos mecanismos nas relações entre capital e trabalho.

Proposições

A complexidade das realidades econômicas regionais, da estruturação dos meios de comunicação, da organização sindical e da profissão de jornalista indicam que são enormes os desafios para a integração proposta no Mercosul. Antes de qualquer conclusão, a definição necessária é a da construção de uma agenda de trabalho que possa criar condições para o debate democrático e para o consenso. Para tanto, a FENAJ propõe a seguinte agenda temática para o 1º Congresso de Jornalistas do Mercosul:

1 - Integração econômica e superação das desigualdades sociais

Com o Mercosul é fundamental que o movimento sindical e as forças progressistas desenvolvam alternativas que garantam a efetivação de um modelo democrático e de promoção social dos países da região, contrapondo-se ao projeto liberal e antipopular que as classes dominantes querem impor. O grande objetivo deve ser o de criar mecanismos de cooperação de forma a que a integração econômica tenha como meta a superação das desigualdades na distribuição da renda, o fim do apartheid social imposto pelos programas recessivos que afligem milhões de trabalhadores na América Latina. Por essa ótica, a integração deve fortalecer o poder de negociação dos países membros frente aos credores externos e o FMI, potencializando assim o seu relacionamento com o mercado internacional em bases mais favoráveis. Por tudo isso, a definição de aspectos institucionais do Mercosul não pode ficar restrito aos interesses de governos e de grupos empresariais. É preciso equacionar a participação dos congressos legislativos e da sociedade, constando todas essas decisões de uma Carta de Direitos Sociais em que estejam inseridos direitos individuais e coletivos, políticos e sociais.

2) - Direito à Informação e liberdade de expressão no cone sul

Aos meios de comunicação se reserva um papel decisivo para a solução dos grandes problemas mundiais. Contudo, não é isso que se verifica. A censura direta ou indireta, a influência negativa do poder político e econômico, a existência de legislações anti-democráticas são alguns dos elementos que impedem que esta grande conquista da Humanidade, os meios de comunicação, seja um instrumento para a erradicação da miséria e das desigualdades sociais. Com o Mercosul, há a oportunidade histórica da introdução do debate sobre o papel dos meios na integração regional e para discussão de mecanismos que garantam a informação como bem social, que estabeleçam o controle público sobre os meios, que coibam o monopólio e o oligopólio nas comunicações, que efetivem a pluralidade de versões e o acesso aos meios, bem como o seu compromisso com os valores culturais regionais. Estes são alguns dos aspectos que não podem ficar de fora da agenda do Mercosul. Tudo isso implica em desafios que dizem respeito não apenas aos jornalistas, mas ao conjunto da sociedade na região.

3) - A profissão de jornalista no cone sul

A intervenção do movimento sindical no Mercosul no processo de integração deve ter como base a compreensão de que está em curso uma reforma dos sistemas de relações trabalhistas de perfil liberal, coerente com as políticas econômicas em curso, visando a flexibilização do trabalho e a pulverização das negociações coletivas. Ao contrário dessa perspectiva, caberá aos sindicatos apresentarem alternativas que garantam a proteção trabalhista e social compatível com as normas internacionais; a definição de novas normas, no contexto do Mercosul, com base nas legislações existentes, com a preocupação de elevação do nível e não de unificação nos patamares mais baixos; a ratificação pelos quatro países dos convênios internacionais da OIT que garantem a organização sindical e a representação dos trabalhadores nas empresas, entre outros aspectos. Esses são os desafios também para as organizações dos jornalistas, de forma à compatibilização das leis de regulamentação profissional, de jornadas de trabalho e aposentadoria, bem como

salários e condição de trabalho. Mecanismo de apoio ao emprego, qualificação profissional e proteção aos desempregados deverão também ser apontados no debate desta agenda.

Bibliografia Consultada

- 1) - "Elementos para a estratégia da CUT no Mercosul", 92
- 2) - Projeto de Lei da Informação Democrática, 92
- 3) - Anais do Encontro Ibero-Americano de Jornalistas, 93
- 4) - New Letters FENAJ Nº 10, 11 e 12, 93
- 5) - Legislações brasileiras, 67, 79, 88 e 91a